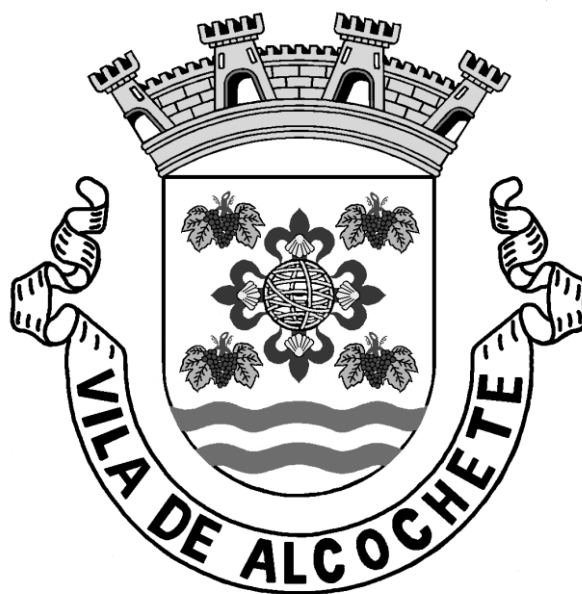




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 20

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA
EM 12 DE OUTUBRO DE 2022**

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	12
C. ORDEM DO DIA.....	12
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	12
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	12
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	12
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VERAÇÃO:	13
4.1. MERCADO DE NATAL.....	13
4.2. PASSAPORTE DO COMÉRCIO LOCAL	13
5. APOIOS FINANCEIROS	14
6. INFORMAÇÕES	14
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	15
ENCERRAMENTO	15

Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras, Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores, Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente primeiramente informou que o Centro de Vacinação instalado no Fórum Cultural de Alcochete se encontra em funcionamento, às quartas-feiras e quintas-feiras das 09h00 às 13h00 e das 13h30 às 16h00, de forma a responder ao plano de vacinação covid e vacina da gripe. Desde o dia 08 de setembro já foram inoculados 1333 utentes, no que respeita à vacina da gripe. Recordou que a autarquia continua a assegurar, através dos Bombeiros Voluntários de Alcochete o transporte dos munícipes do concelho para o Centro de Vacinação, em articulação com o Setor de Ação Social, de acordo com critérios de mobilidade que se encontram em vigor. O número de contacto disponível para a marcação do respetivo transporte é 21 234 86 46. Desde o início da pandemia, já foram transportados para o Centro de Vacinação de Alcochete 627 utentes.

Continuou a sua intervenção partilhando as preocupações contínuas sobre os transportes rodoviários, expondo que desde a última reunião de câmara, onde foi discutido este tema, tem tido a oportunidade de participar em reuniões preconizadas pela AML (Área Metropolitana de Lisboa), pela TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) e algumas delas envolvendo a operadora Alsa Todi.

Relativamente ao que tem sido debatido nas reuniões de câmara sobre esta matéria e ao contrário do veiculado pelas notícias e do que foi afirmado pela operadora, não vislumbrou

absolutamente qualquer melhoria, aliás, dia após dia este é um processo que se tem vindo a agudizar e a manifestar-se num insucesso tremendo do ponto de vista da capacidade de resposta para as carências e necessidades da população, tendo-se agravado ainda mais no decurso desta semana, por força da greve sentida nas carreiras fluviais da Transtejo e com duração prevista até ao dia 14 de outubro, retirando assim alguma alternativa ao transporte rodoviário, embora o transporte fluvial esteja implementado no concelho do Montijo.

Sublinhou que o executivo tem trabalhado intensamente neste processo, contudo, considera que é um trabalho muito pouco produtivo, que não traz absolutamente nenhum resultado, para além de um grande desgaste. Esta é uma matéria que não depende exclusivamente da Câmara Municipal de Alcochete, a câmara integra a AML, composta por 18 municípios, sendo que neste processo participam 16 câmaras a quem compete junto da TML, desenvolver esforços para que se consiga encontrar uma solução que tarda e que muito dificilmente se encontrará. Continuou referindo que esta é uma matéria periclitante, que traz preocupações acrescidas nas carências e lacunas que vão acontecendo e que nada daquilo que foi prometido aos municípios da área 4, nada dos esforços que iriam ser desenvolvidos, tiveram alguma repercussão ou trazido algo novo que se pudesse ter sentido.

Transmitiu que existe um conjunto de dificuldades relacionados com os motoristas, tendo sido comunicado que haveria uma empresa que iria disponibilizar de forma temporária, um conjunto de motoristas brasileiros, para poderem suprir as carências que se fazem sentir desde o dia em que oficialmente este processo entrou em vigor a 1 de junho. Entretanto verificam-se dificuldades na entrada em Portugal dos motoristas provenientes de Cabo Verde, ao nível da emissão de vistos, onde existia a informação que o Governo, num gesto de abreviar a entrada destes motoristas em Portugal, estaria também a desenvolver os esforços necessários para se ultrapassar esta situação, dentro do que está legalmente estabelecido.

Asseverou que está agendada para o final do mês de outubro uma reunião do Conselho Metropolitano, onde se irá tentar perceber a realidade sobre tudo o que foi prometido. A Câmara Municipal de Alcochete, a exemplo das 18 autarquias que compõem a AML,

embora o esforço financeiro seja só realizado por 16 concelhos, em virtude do Barreiro e Cascais possuírem transportes coletivos próprios, estão orgulhosos desta operação, sentindo que iria trazer mais qualidade, mais resposta, privilegiando a mobilidade, onde cada presidente de câmara da AML tinha uma missão definida e homogénea no sentido de sensibilizar as pessoas para o uso dos transportes públicos, contudo e, dado a vivência atual, esse conselho está longe de acontecer, estando também distante o cumprimento do que está plasmado no contrato efetuado pela AML e a Alsa Todi. A TML neste momento, está na fase de aplicação de elevadíssimas coimas e sanções, previstas por incumprimento do contrato estabelecido, mas que mesmo assim existe dificuldade em garantir que a aplicabilidade das coimas e sanções resolverá o problema.

Concluiu aludindo que a AML terá de tomar providências muito mais agressivas e romper completamente com que está a acontecer à data de hoje, porque embora esteja a decorrer uma greve da Transtejo que de alguma forma criou uma perturbação maior, o certo é que este processo nunca esteve estabilizado e está longe de estar de acordo com o que está definido.

O senhor vereador Pedro Lavrado, informou que no dia 29 de setembro, dia seguinte à última reunião de câmara, se realizou um Conselho Metropolitano, no qual acompanhou o senhor presidente. Foi abordado o assunto dos transportes e por pressão dos municípios da área 4, foi agendada uma reunião para o dia 30 de setembro, na sede da AML, onde estiveram presentes os municípios da área 4, administração da TML, administração da Alsa Todi, a senhora presidente do Conselho Metropolitano, Dr.^a Carla Tavares e o senhor primeiro-secretário Metropolitano, senhor Carlos Humberto. Para além dos municípios terem expressado todos os pensamentos, sentimentos e frustrações, a Alsa Todi deu nota de uma série de condicionantes, uma das quais, os motoristas. Sendo público que a Alsa Todi está a contratar 61 motoristas em Cabo Verde, deparando-se com um problema na emissão dos vistos. À frente destes 61 motoristas estão mais 5 mil pessoas para obter vistos, na sua maioria estudantes, agravando o facto de a Embaixada Portuguesa em Cabo Verde ter apenas uma pessoa a tratar dos vistos.

Adiantou que teve conhecimento que a senhora presidente e o senhor primeiro-secretário do Conselho Metropolitano têm realizado vários contactos através de Ministérios e da

Embaixada na tentativa de agilizar este processo, mas a realidade é que até ao dia de hoje não há previsão para a emissão destes vistos. Agrava também a situação o facto de estes trabalhadores em Cabo Verde, quando foram contratados pela Alsa Todi se despediram dos seus trabalhos, encontrando-se neste momento desempregados e sem vistos para conseguirem vir para Portugal.

Na reunião de dia 30 de setembro, ficou também a promessa, que em final de outubro estava previsto a chegada de 10 autocarros da Alsa espanhola, além de que chegariam 35 motoristas, que iriam receber formação durante o fim de semana e entrariam ao serviço no dia 3 de outubro. No dia anterior já haviam chegado 10 motoristas do Brasil, aguardando-se nessa sexta-feira a vinda de mais 10, acrescentando também a receção de 15 motoristas nacionais, oriundos de várias operadoras, num acordo preconizado pela Alsa Todi. Com a entrada dos 35 motoristas, praticamente toda a rede ficaria garantida.

Contudo questionou a administração da Alsa Todi, como é que iriam conseguir dar formação em 2 dias a 35 motoristas, vindos do Brasil e de vários locais de Portugal, colocando-os a operar na segunda-feira, conhecendo os percursos, as paragens e horários, quando passados 4 meses do início da operação, há uma carreira no concelho de Alcochete, a 4002, que faz a ligação Cais do Seixalinho – Alcochete, que deveria passar por São Francisco, subir a rua da Pacheca, passar pelo Centro Escolar e ir para Alcochete, mas que após 4 meses, ou vem para Alcochete sem passar por São Francisco, outras vezes sobe a rua da Pacheca, passa em frente à Junta de Freguesia de São Francisco e vem para Alcochete e ainda por outras vezes cumpre com o itinerário estipulado. Reiterando a questão como é que 4 meses depois havia uma carreira cujos motoristas ainda não tinham conseguido acertar com o percurso e agora em 2 dias como é que iriam formar 35 motoristas que não conhecem minimamente o território, ao que lhe foi respondido que tinham um processo novo de formação, que as chapas (são os percursos dados aos motoristas), são mais eficientes, garantindo que na segunda-feira estariam operacionais.

Perante essa informação, solicitou que durante o fim de semana fosse posto ao corrente do que é que conseguiriam fazer na segunda-feira, quais as carreiras e horários possíveis de realizar, para que pudesse ser transmitido aos utentes e estes poderem saber com o que contar. Ficou acertado que durante o fim de semana a Alsa Todi daria essa informação

à TML e que por sua vez transmitiria aos municípios. Aludiu que na tarde de domingo recebeu uma mensagem do senhor Engenheiro Rui Lobo da administração da TML, dizendo:

«Apesar de a Alsa ter dito que ontem fazia chegar a informação, apenas ontem à noite indicaram que conseguem incorporar 20 motoristas dos 35 que nos disseram ter formação, vão manter os 15 restantes ainda em formação, disseram-nos há pouco que a incorporação destes 20 resultará em cerca de 10 chapas, essencialmente em Setúbal, presumo que com efeitos também em Palmela, a restante região estará praticamente sem problemas de maior. Por volta das 21:00 dizem que enviam os serviços possivelmente afetados.»

Continuou dando nota que nessa noite a TML enviou um email onde constava que no concelho de Alcochete eram afetados 5 horários, 1 na carreira Alcochete – Montijo, 3 na carreira Montijo (terminal fluvial) – Passil e 1 na carreira Alcochete – Pinhal Novo.

Segundo informação da TML e do operador, os 20 motoristas entraram em operação, todavia, a realidade é que em Alcochete não foram só os 5 horários referidos que falharam, mas sim muitos mais. Foi perceber junto da administração da TML o que é que iria acontecer com os outros 15 motoristas que estavam em formação, tendo sido informado que esses motoristas não estavam em formação e também já não viriam, ou seja, os motoristas brasileiros que supostamente teriam chegado afinal nunca vieram, com a agravante que estes motoristas vinham pelo prazo de 15 dias para suprir as carências, na expectativa que os motoristas cabo-verdianos viessem. Entretanto, no dia de ontem foi informado que o prazo de duas semanas havia sido prolongado por mais duas, uma vez que não há perspetiva de quando virão os de Cabo Verde. Para agravar a situação, há a greve da Transtejo.

Na segunda-feira de manhã, teve conhecimento do caos nos transportes para Lisboa, existindo pessoas que estiveram 3 horas numa paragem à espera de um autocarro, tendo de seguida contactado a administração da TML, que responderam que não valia a pena pedirem reforços à Alsa Todi, porque eles não tinham capacidade para cumprir com o normal, muito menos teriam para fazer reforços, mas que os autocarros, após terminarem

o seu período normal de circulação, continuariam por mais duas ou três viagens a fim de escoar as pessoas que estavam nas paragens. Situação que acabou por não acontecer.

Partilhou que desde segunda-feira tem contactado todos os dias com a administração da TML, dando conta da insatisfação e preocupação com toda esta situação, tendo sido informado que amanhã irá existir uma reunião entre a TML e a Alsa internacional, sendo a próxima segunda-feira, 17 de outubro, o prazo limite para o operador ter o processo em funcionamento na casa dos 100%, ou caso contrário a TML irá tomar outras medidas.

Comunicou que no início de setembro a Carris Metropolitana estava a transportar por dia 35.000 (trinta e cinco mil) pessoas na área 4 e que há data de hoje o número subiu para os 40.000 (quarenta mil). Embora exista todo este caos, o aumento do número de passageiros é indicador que se está no caminho certo, embora um caminho que não está operacionalizado como deveria estar.

O senhor presidente recordou que o caminho inicial desta operação era exatamente a criação de melhores condições, com autocarros novos, com mais conforto e qualidade, mais frequência, novos circuitos e paragens, servindo os parques industriais, o que não se verifica desde o início da operação.

Referiu que na última reunião do Conselho Metropolitano, dirigiu as suas palavras à senhora presidente e ao senhor primeiro-secretário, à administração da TML, onde todos os presidentes de câmara presentes tiveram a oportunidade de escutar que já não acredita neste operador, tendo a opinião que os 16 municípios em conjunto, têm a capacidade e a competência de trilhar um caminho de benefício para as populações, sublinhando que se o operador não cumpre, tem de ser penalizado e a AML tem de encontrar as soluções com os contributos de cada um dos presidentes de câmara. O contrato espelha as pretensões e a colaboração de cada município nessa matéria e se a operadora não cumpre terá de ser alvo de sanções, coimas e se tiver de acontecer, aplicar-se a rescisão de contrato por incumprimento, dando-se a oportunidade a outras operadoras, mas o que não pode acontecer é estar-se a impactar negativamente a vida das pessoas, com muitas delas a correrem o risco de perderem os seus empregos pelo facto de chegarem permanentemente atrasadas aos seus locais de trabalho. Se nos primeiros vinte dias do

início desta operação era compreensível que algo desta natureza acontecesse, volvidos quatro meses não há compreensão que sustente este total incumprimento.

O senhor vereador Luís Franco agradeceu a partilha de informação, embora a mesma não traga novos desenvolvimentos desde a última reunião de câmara e que os utilizadores dos transportes públicos continuam a experienciar diariamente os problemas, todavia, concorda que o problema é de difícil resolução, mesmo no ponto de vista jurídico.

Adiantou que é lamentável a operação já se desenvolver há cerca de 4 meses e meio e as promessas de resolução dos problemas serem frequentes e reiteradas. Perante uma situação desta magnitude, esperar-se-ia da AML um posicionamento mais firme no que respeita à exigência de observância dos interesses das populações que estão representadas na área metropolitana, possivelmente causado por uma exploração ainda assimétrica destes serviços de transportes públicos, porque esta operação ainda não é transversal a toda AML, existindo ainda alguma divisão que possa provocar uma atitude menos enérgica da AML e do Conselho Metropolitano com o objetivo firme de resolver este problema.

Asseverou que mesmo que esta situação se venha a resolver no futuro, há vidas de munícipes que estão perturbadas em virtude do péssimo funcionamento da Alsa Todi, sendo da opinião que a AML deveria refletir acerca da possibilidade da constituição de um gabinete que pudesse receber e auxiliar os cidadãos que tenham sofrido danos vários, com apoio jurisdicional, exigindo o ressarcimento dos danos que foram provocados pela péssima prestação do serviço público por parte da Alsa Todi.

Questionou a razão pela qual a concessionária tem a necessidade de recorrer ao mercado estrangeiro, não comunitário, para a celebração de contratos de trabalho. Possivelmente seria por não existir procura suficiente no mercado nacional, ibérico, comunitário, por profissionais credenciados para a condução de veículos de transportes públicos de passageiros, ou seria relacionado com as políticas salariais da empresa Alsa Todi, que são pouco apelativas para os profissionais habilitados. Causa alguma perplexidade, uma empresa com esta dimensão, que se tenha disponibilizado e apresentado uma proposta que posteriormente foi adjudicada, não tenha a capacidade de no mercado interno, no

mercado ibérico ou comunitário, de obter procura para a sua oferta de emprego, num mercado cada vez mais globalizado do ponto de vista europeu, com liberdade de circulação de pessoas bens e serviços, em que não são necessários vistos. É estranho a concessionária concentrar os seus esforços de recrutamento e celebração de contratos de trabalho em Cabo Verde e no Brasil, reiterando que poderá estar associado às práticas salariais desenvolvidas pela Alsa Todi, não deixando de ser um problema político que deve ser considerado pela TML, AML e presidentes de câmara que integram o Conselho Metropolitano.

O senhor presidente aludiu que a temática presente na questão apresentada pelo senhor vereador Luís Franco, a qual considera pertinente, nunca foi abordada em qualquer reunião ou Conselho Metropolitano.

Continuou explicando que o consórcio privado respondeu a um concurso internacional, cumpriu com os pressupostos que o concurso emana, tendo a proposta sido adjudicada. Contudo, se a empresa paga €800,00 (oitocentos euros), €1.000,00 (mil euros) ou €3.000,00 (três mil euros) é algo transcendente, reforçando que a questão levantada é bastante pertinente.

Relembrou que a Alsa Todi é um consórcio entre a Alsa e a Todi, sendo que a Alsa faz parte de uma empresa de origem espanhola, com mais de um século de existência. Ambas as empresas têm e sempre tiveram no seu objeto social o transporte rodoviário de passageiros. Está expectante para perceber o que é a que a empresa mãe da Alsa vai dizer em relação a esta matéria, até porque dispõe de mais de 5.000 (cinco mil) trabalhadores em Espanha e em outros pontos do mundo, com um volume de negócios bastante significativo.

Deu como exemplo, embora com uma realidade diferente, que a câmara municipal tem neste momento, aberto no quadro de pessoal, lugares para motoristas de pesados de mercadorias, pesados de passageiros e de ligeiros, adiantando que em relação aos motoristas de pesados de mercadorias e pesados de passageiros, concorreram 6 pessoas, sendo que 3 não tinham habilitação para o efeito e seguidamente duas pessoas acabaram por reprovar nos testes. É do conhecimento geral o valor dos vencimentos do sector

público, os quais não deverão estar muito longe do que este operador privado estará a proporcionar e, provavelmente, será mais fácil, por uma determinada verba, contratar-se em Cabo Verde e no Brasil do que em Portugal. Recordou que este consórcio ficou com um conjunto de trabalhadores provenientes dos TST (Transportes Sul do Tejo), desconhecendo que esta empresa estava a perdurar no tempo a revisão do contrato coletivo de trabalho.

Expôs que toda esta situação extravasa qualquer discussão política, mexe com a vida e com as finanças das pessoas, porque na ausência de autocarros, acumulando com uma greve das carreiras fluviais da Transtejo, as alternativas passam pelo uso do táxi ou *Uber*, onde o valor despendido é completamente diferente do que seria ao se usar os autocarros.

Concluiu a sua intervenção informando que se aguarda pela reunião com a sede mãe da Alsa para se chegar a uma conclusão. Inclusivamente coloca-se a hipótese de a própria Alsa espanhola poder dispensar motoristas ibéricos para operar em Portugal até a situação estar estabilizada.

O senhor vereador Luís Franco, afirmou que na situação presente não há lugar para gracejos, mas lembrando um provérbio português que dizia: «de Espanha nem bom vento nem bom casamento», podia agora acrescentar, nem boa prestação de serviços públicos de transportes coletivos rodoviários de passageiros. Reiterou a questão relacionada com o apoio aos cidadãos e eventual ressarcibilidade de danos provocados pela exploração, podendo ser viável a celebração de um acordo com a Ordem dos Advogados para a prestação de aconselhamento jurídico em relação aos municípios de Alcochete, que tenham sofrido danos em virtude da má prestação da Alsa Todi.

Terminou, desejando a normalização e estabilização deste projeto o mais rápido possível.

O senhor presidente assegurou que na próxima intervenção, no Conselho Metropolitano, essas questões serão colocadas, acreditando que as mesmas terão alguns contornos do ponto de vista jurídico e, inclusivamente, o reencaminhamento de prejuízos ou ressarcimentos imputados ao operador que está em incumprimento.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €8.160.521,99 (oito milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e vinte e um euros e noventa e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 28/09/2022 e 11/10/2022, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €636.654,35 (seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3845 ao n.º 4088.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 31 de agosto de 2022

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votaram: o senhor presidente e a senhora vereadora Natacha Patinha, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VEEAÇÃO:

4.1. Mercado de Natal

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito das ações preparatórias do plano de atividades de dinamização a desenvolver pelo Município de Alcochete durante a quadra natalícia, nomeadamente, com vista à realização de mais uma edição do Mercado de Natal, que decorrerá de 1 a 18 de dezembro, no largo Almirante Gago Coutinho (Jardim do Coreto), foi elaborada uma proposta de “Normas de Participação” (em anexo), as quais estabelecem as condições de participação dos expositores.

De forma a legitimar a aplicação/utilização do documento em apreço, propõe-se a sua aprovação em reunião de Câmara, em conformidade com os elementos fornecidos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar as Normas de Participação, como **Doc. 1**.

4.2. Passaporte do Comércio Local

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No quadro das iniciativas previstas no âmbito das celebrações da quadra natalícia, o Município de Alcochete levará a efeito, em parceria com os lojistas com atividade no território, a iniciativa do “Passaporte do Comércio Local”, que decorrerá de 1 de dezembro de 2022 a 5 de janeiro de 2023. Pretende-se com a realização desta iniciativa, dinamizar a

economia local e fomentar as compras no comércio local durante a época festiva do Natal. Neste sentido, foi elaborada uma proposta de “Normas de Participação” (em anexo), as quais estabelecem as condições de participação dos munícipes neste passatempo.

De forma a legitimar a aplicação/utilização do documento em apreço, propõe-se a sua aprovação em Reunião de Câmara, em conformidade com os elementos fornecidos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar as Normas de Participação, como **Doc. 2**.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte informação:

– “Programa Alcochete Aventura – IV *Trail* do Município de Alcochete”

«No âmbito do Programa Alcochete Aventura de 2022, a Câmara Municipal de Alcochete organizou no passado dia 25 de setembro, o IV *Trail* do Município de Alcochete.

O evento desportivo realizou-se na unidade militar do Campo de Tiro e resultou de uma parceria entre a Câmara Municipal de Alcochete e o Clube de Atividade e Lazer do Campo de Tiro, com o apoio do Curso Profissional de Apoio à Gestão Desportiva da Escola Secundária de Alcochete.

A 4.^a edição do *Trail* do Município registou a presença de 150 participantes, retomando o objetivo de potenciar a prática da atividade física de ar livre junto dos seus munícipes e

visitantes. Deste modo, foram contabilizados 98 participantes no percurso de 8 km's e 52 participantes no percurso de 17 km's.

O Município de Alcochete felicita todos os participantes e vencedores do IV *Trail* do Município e agradece o envolvimento de todos os parceiros neste grande objetivo de promover a prática da atividade física e desportiva em Alcochete.»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 18:35 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.